

Argo Energia
Empreendimentos
e Participações S.A.

**Informações Trimestrais - ITR
referente ao trimestre findo em 31 de
março de 2022**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as informações financeiras intermediárias - ITR	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	9
Demonstrações do valor adicionado	10
Notas explicativas às informações financeiras intermediárias ITR	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.



Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins da IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 16 de maio de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador CRC 1SP235639/O-0

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO 2021
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021			31/03/2022	31/12/2021		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	189	54	32.564	20.457	Fornecedores	14	409	404	62.682	24.640
Títulos e valores mobiliários	5	37.543	133.119	430.680	632.546	Financiamentos	20	203.594	-	484.361	245.711
Contas a receber de clientes	7	-	-	71.252	54.677	Debêntures	21	-	-	92.560	90.701
Despesas pagas antecipadamente	8	-	11	791	682	Imposto de renda e contribuição social	28	-	-	6.999	5.754
Contas a receber (ativo de concessão)	9	-	-	849.731	738.834	Obrigações tributárias	15	26	120	16.526	12.853
Outros tributos a compensar	10	-	100	48.031	43.675	Encargos sociais e trabalhistas	16	-	-	7.698	12.768
Contas a receber - Partes relacionadas	33	5.048	-	-	-	Obrigações regulatórias	17	-	-	6.941	6.562
Outros créditos		505	1	17.693	19.475	Dividendos a pagar		9.042	9.042	9.042	9.042
Total do ativo circulante		43.285	133.285	1.450.742	1.510.346	Ações preferenciais resgatáveis	18	8.752	3.743	8.752	3.743
						Provisões	19	-	-	33.656	7.916
NÃO CIRCULANTE						PIS e COFINS diferidos	22	-	-	58.613	65.594
Imposto de renda e contribuição social a compensar		812	812	812	812	Outros passivos		36.450	35	40.249	1.631
Dividendos a receber		3.824	3.824	-	-	Total do passivo circulante		258.273	13.344	828.079	486.915
Despesas pagas antecipadamente		-	-	-	-						
Contas a receber (ativo de concessão)	9	-	-	6.347.295	5.309.666	NÃO CIRCULANTE					
Fundos Vinculados - Caixa restrito	6	36.693	-	152.801	138.088	Financiamentos	20	-	-	2.638.412	2.332.477
Outros créditos		-	-	3.408	-	Debêntures	21	-	-	541.195	516.293
Investimentos	11	2.751.560	2.213.413	-	-	Ações preferenciais resgatáveis	18	200.000	200.000	200.000	200.000
Imobilizado	12	-	-	25.873	24.820	Provisões	19	-	-	10.000	20.000
Intangível	13	-	-	217.990	23.823	Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	1.012.594	840.600
Total do ativo não circulante		2.792.889	2.218.049	6.748.179	5.497.209	PIS e COFINS diferidos	22	-	-	590.740	473.279
						Total do passivo não circulante		200.000	200.000	4.992.941	4.382.649
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	23	528.483	528.483	528.483	528.483
						Reservas de capital	23	(86.721)	(86.721)	(86.721)	(86.721)
						Reserva de lucro	23	1.545.822	1.545.822	1.545.822	1.545.822
						Dividendos adicionais propostos	23	150.407	150.407	150.407	150.407
						Lucros acumulados	23	239.910	-	239.910	-
						Total do patrimônio líquido		2.377.901	2.137.991	2.377.901	2.137.991
TOTAL DO ATIVO		2.836.174	2.351.334	8.198.921	7.007.555	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.836.174	2.351.334	8.198.921	7.007.555

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		01/01/2022 A 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2022 A 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021
RECEITA LÍQUIDA	25	-	-	447.166	235.182
CUSTO DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO	26	5	-	(8.679)	(8.219)
CUSTO DE CONSTRUÇÃO	26	-	-	(19.057)	(7.575)
LUCRO BRUTO		<u>5</u>	<u>-</u>	<u>419.430</u>	<u>219.388</u>
DESPESAS OPERACIONAIS					
Gerais e administrativas	26	(874)	(414)	(8.537)	(7.362)
Outras receitas operacionais		-	-	-	-
Amortização do direito de concessão	26	(222)	(222)	(222)	(222)
Resultado da equivalência patrimonial	11	<u>247.953</u>	<u>121.172</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		246.862	120.536	410.671	211.804
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	27	2.185	19	15.596	2.279
Despesas financeiras	27	<u>(9.137)</u>	<u>(991)</u>	<u>(114.569)</u>	<u>(85.092)</u>
		<u>(6.952)</u>	<u>(972)</u>	<u>(98.973)</u>	<u>(82.813)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		239.910	119.564	311.698	128.991
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Corrente	28	-	-	(1.750)	(1.304)
Diferido	28	-	-	(70.038)	(8.123)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>239.910</u>	<u>119.564</u>	<u>239.910</u>	<u>119.564</u>
LUCRO POR AÇÃO - R\$ (BÁSICO E DILUIDO)	29	0,6654	0,3316	0,6654	0,3316

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 A 31/03/2022	01/01/2021 A 31/03/2021	01/01/2022 A 31/03/2022	01/01/2021 A 31/03/2021
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	239.910	119.564	239.910	119.564
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO	<u>239.910</u>	<u>119.564</u>	<u>239.910</u>	<u>119.564</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA E CONSOLIDADO)
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Capital social	Reservas			Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total	
	Nota explicativa	Subscrito e integralizado	de capital	legal	de lucro			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		528.483	(86.721)	33.787	1.130.894	153.546	-	1.792.046
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	119.564	119.564
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2021		528.483	(86.721)	33.787	1.130.894	153.546	119.564	1.911.610
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		528.483	(86.721)	51.409	1.462.356	150.407	-	2.137.991
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	239.910	239.910
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022		528.483	(86.721)	51.409	1.462.356	150.407	239.910	2.377.901

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controlada		Consolidado	
		31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro líquido do período		239.910	119.564	239.910	119.564
Ajustes para reconciliar o lucro líquido do período com o Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	-	-	70.038	9.427
Provisão para PIS e Cofins diferidos	22	-	-	22.598	9.468
Amortização do direito de concessão - Aquisição Argo III	11	222	222	222	222
Remuneração do ativo de concessão	25	-	-	(321.004)	(226.845)
Receita de construção e eficiência na implementação da infraestrutura	25	-	-	(141.093)	(11.515)
Receita de operação e manutenção	25	-	-	(29.188)	-
Receitas de aplicações financeiras - títulos e valores mobiliários	27	(2.185)	(19)	(15.596)	(2.279)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(247.953)	(121.172)	-	-
Depreciação e Amortização	12 e 13	-	-	77	538
Juros sobre financiamentos e debentures	27	9.137	980	114.569	82.401
Caixa gerado pelas operações		<u>(869)</u>	<u>(425)</u>	<u>(59.468)</u>	<u>(20.955)</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes	7	-	-	(9.635)	3.185
Contas a receber (ativo de concessão)	9	-	-	206.350	127.169
Contas a receber (partes relacionadas)	33	(5.048)	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	8	-	-	(109)	(39)
Outros tributos a compensar	10	100	78	(4.356)	(41.713)
Outros créditos		(1.647)	(30)	5.033	40.207
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores	14	5	11	(5.372)	8.247
Encargos e obrigações trabalhistas	15	-	-	(5.070)	(6.565)
Obrigações tributárias	18	(94)	13	3.673	3.512
Obrigações regulatórias	17	-	(11)	379	(516)
Outros passivos		585	-	3.407	4.979
Juros sobre ações preferenciais	18	-	-	5.009	(980)
Tributos diferidos	28	-	-	-	(17.647)
Imposto de renda e contribuição social pagos	28	-	-	(1.062)	(7.729)
Caixa líquido atividades operacionais		<u>(6.968)</u>	<u>(364)</u>	<u>138.779</u>	<u>91.155</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aquisição de imobilizado e intangível	12 e 13	-	-	(1.125)	1.585
Aquisição de controlada	3.1 / 11	(453.965)	-	(453.808)	-
Títulos e valores mobiliários	5	97.761	380	217.462	(93.463)
Dividendos recebidos	11	200.000	-	-	-
Caixa líquido atividades de investimento		<u>(156.204)</u>	<u>380</u>	<u>(237.471)</u>	<u>(91.878)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação/pagamento de empréstimos, financiamentos	20 e 21	200.000	-	132.536	1.721
Fundos Vinculados - Caixa restrito	6	(36.693)	-	(21.737)	(564)
Caixa líquido atividades de financiamento		<u>163.307</u>	<u>-</u>	<u>110.799</u>	<u>1.157</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>135</u>	<u>16</u>	<u>12.107</u>	<u>434</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	54	38	20.457	631
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	4	189	54	32.564	1.065
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>135</u>	<u>16</u>	<u>12.107</u>	<u>434</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021	31/03/2022	31/03/2021
RECEITAS				
Receitas relativas à construção de ativos próprios e ganho de eficiência	-	-	29.345	11.516
Receitas relativas à operação e manutenção	-	-	29.188	25.385
Remuneração do contas a receber	-	-	-	1.937
Receitas relativas à remuneração do ativo da concessão	-	-	321.004	226.845
Ganho de eficiência	-	-	111.739	-
Parcela Variável e outras deduções	-	-	1.150	-
Outras Receitas	-	-	538	-
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Serviços de terceiros	(874)	(414)	(23.287)	(12.573)
VALOR ADICIONADO BRUTO	(874)	(414)	469.677	253.110
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(222)	(222)	(298)	(222)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	(1.096)	(636)	469.379	252.887
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado da equivalência patrimonial	247.953	121.172	-	-
Outras despesas e receitas operacionais	5	-	-	-
Receitas financeiras	2.185	19	13.410	2.280
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	249.047	120.555	482.789	255.167
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	249.047	120.555	482.789	255.167
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	11.988	10.583
Benefícios	-	-	10.299	8.514
Benefícios	-	-	1.153	1.219
FGTS	-	-	536	850
Impostos, taxas e contribuições				
Tributos federais	-	-	117.664	39.930
Remuneração de capitais de terceiros	9.137	992	113.227	85.090
Juros	9.137	992	113.227	85.090
Remuneração de capitais próprios	239.910	119.564	239.910	119.564
Lucro líquido do período	239.910	119.564	239.910	119.564

ARGO ENERGIA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E
CONSOLIDADAS
PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2022
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, listada como categoria "B" na Bolsa de Valores de São Paulo (B3) e registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, domiciliada na Rua Tabapuã, 841 - 5º andar, Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e foi constituída em 23 de março de 2016.

A Companhia tem por objeto a participação no capital de outras entidades, como acionista. Adicionalmente, a Companhia poderá explorar atividades nas áreas de infraestrutura, de eletricidade, construção civil e instalações elétricas, podendo, para tanto, participar de leilões e concessões, habilitar-se em licitações e formar Sociedades de Propósito Específico - SPEs.

Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, a Companhia detém as seguintes participações societárias:

	Participação - %	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Argo Transmissão de Energia S.A. ("Argo I")	100%	100%
Argo II Transmissão de Energia S.A. ("Argo II")	100%	100%
Argo III Transmissão de Energia S.A. ("Argo III")	100%	100%
Argo IV Transmissão de Energia S.A. ("Argo IV")	100%	-

a) Argo I

Em 13 de abril de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e Pátria Infraestrutura III - FIP (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente à linha de transmissão Bacabeira - Tianguá - Pecém. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 7 de junho de 2016.

Em 27 de junho de 2016, a Companhia assinou com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, o Contrato de Concessão nº 09/2016, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas pelas linhas de transmissão: LT 500 kV Bacabeira - Parnaíba III C1 e C2, circuito simples, com aproximadamente 312 km cada; LT 500kV Parnaíba III - Acaraú III, circuito simples, com aproximadamente 191 km; LT 500kV Acaraú III - Pecém II, circuito simples, com aproximadamente 161 km; LT 500 kV Acaraú III - Tianguá II, circuito simples, com aproximadamente 150 km; Subestação Bacabeira 500 kV; Subestação Parnaíba III 500 kV e Compensador Estático (-150/300) Mvar; Subestação Acaraú II 500 kV; Subestação Tianguá II 500 kV; e respectivas entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Argo I teve um investimento total de aproximadamente R\$2.230.000. A Receita Anual Permitida - (RAP) foi determinada em R\$404.961 (valor original) na data do leilão e atualizada para R\$519.944 (valor para o ciclo 2021-2022) com recebimento em cotas mensais, que será acrescida de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo I.

Em 14 de maio de 2019, a Companhia obteve a Licença de Operação nº 1517/2019 (5027595), emitida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, para a Linha de Transmissão 500 kV Bacabeira - Pecém II, referente ao Lote A do Leilão ANEEL nº 13/2015, Contrato de Concessão nº 09/2016 - ANEEL.

A Licença de Operação corresponde à autorização do IBAMA para a operação do empreendimento ou da atividade, após verificar o cumprimento do que consta nas licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e as condições determinadas para a operação.

Em 7 de setembro de 2019, a Companhia disponibilizou seus ativos para operação comercial parcial, dessa forma, antecipando o início de recebimento parcial da RAP em cerca de 21 meses, e em dezembro de 2019 passou a operar integralmente.

A receita que é faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

b) Argo II

Em 28 de outubro de 2016, o Consórcio Transmissão do Brasil, formado pela FTRSPE 3 Empreendimentos e Participações S.A. (1%) e FIP P2 Brasil Infraestrutura (99%), foi declarado vencedor do Leilão Público nº 013/2015, realizado na B3, para a aquisição da Concessão da Subestação Janaúba 3 - Compensadores Síncronos. A homologação foi publicada no Diário Oficial da União de 19 de dezembro de 2016.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 16/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, implementação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, compostas por dois Compensadores Síncronos de Reativos em 500Kv na Subestação Janaúba III, - 90/+150 Mvar cada, incluindo transformadores elevadores e respectivas conexões, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

A Companhia finalizou construção do empreendimento em fevereiro de 2022, e o investimento total foi de aproximadamente R\$174.001. A RAP anual foi determinada em R\$39.400 (valor original) e atualizada para R\$48.200 (valor para o ciclo 2021-2022), com recebimento em cotas mensais, que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo II. Em julho de 2021 a companhia disponibilizou seus ativos para operação parcial, dessa forma antecipou parcialmente o recebimento da RAP em 7 meses, e em fevereiro de 2022 passou a operar integralmente.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

c) Argo III

Em 7 de março de 2017, a Cobra Brasil Serviços, Comunicação e Energia S.A. ("Cobra Brasil"), ex-acionista da Companhia, foi declarada vencedora do Lote 32 do Leilão Público ANEEL nº 05/2016, realizado na BM&FBOVESPA para a assinatura do contrato de concessão de transmissão de energia elétrica referente à instalação de transmissão de rede básica.

No dia 10 de agosto de 2017, a Argo III assinou com a União, por meio da ANEEL, o Contrato de Concessão nº 49/2017, que regula a Concessão de Serviço Público de Transmissão, pelo prazo de 30 anos, para a construção, operação e manutenção das seguintes instalações de transmissão, localizadas no Estado de Minas Gerais.

Em 26 de novembro de 2018, a Companhia e a Cobra Brasil assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Guaporé Transmissora de Energia S.A., antiga denominação social da Argo III Transmissão de Energia S.A. ("Argo III"). Vide maiores detalhes na nota explicativa nº 9 c).

As instalações de transmissão que estão localizadas no estado de Rondônia, são compostas pela Linha de Transmissão Samuel - Ariquemes, C4, 230 kV, com extensão de 145 km; Unha de Transmissão Ariquemes - Ji-Parana, C4, 230 kV, com extensão de 165 km; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ji-Parana de (-90+150) Mvar; Compensador Sincrono de Reativos na SE 230 kV Ariquemes de (-90+150) Mvar; Novo pátio de fc9 kV na Subestação Coletora Porto Velho, 2x (90+10) MVA; Novo pátio de 138 kV na Subestação Jarú, (3+1) 16,7 MVA; conexões de unidades de transformação, entradas de linha, interligações de barramentos, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias as funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio.

O Contrato de Concessão exige a entrada em operação comercial em 11 de agosto de 2022 e a Companhia tem a previsão de concluiu sua construção em fevereiro de 2022..

A Argo III conta com aportes que serão realizados pelos acionistas e captação de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para honrar seus compromissos financeiros e, conseqüentemente, a conclusão do projeto. Os referidos aportes estão respaldados nas obrigações contidas no plano de negócios da Companhia.

O investimento total é de aproximadamente R\$550.000. A RAP do contrato de concessão foi determinada em aproximadamente R\$72.447 para todos os trechos (valor histórico), e atualizada para R\$87.715 (valor para o ciclo 2021-2022), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo III.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

d) Aquisição Argo IV

Em 31 de janeiro de 2022, a Companhia e a Rialma III Transmissão de Energia S.A. assinaram o Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual a Companhia adquire 100% do capital social da Rialma Transmissora de Energia III., antiga denominação social da Argo IV Transmissão de Energia S.A. ("Argo IV"). Para maiores detalhes sobre as informações dessa aquisição e o seu tratamento contábil, veja notas explicativas nº 3.1 e 11.

A Argo IV Transmissão de Energia S.A. (anteriormente denominada Rialma Transmissora de Energia III S.A.) ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de junho de 2017, com sede na cidade de São Paulo - SP. A Companhia iniciou suas operações comerciais em julho de 2021.

Tem por objeto a transmissão de energia elétrica, incluindo a construção, a montagem, a operação e a manutenção da instalação de transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos, referente ao lote 30, objeto de leilão da ANEEL, composto pelas instalações localizadas no estado de Piauí, Pernambuco e Ceará, compostas pela linha de transmissão Milagres II, Queimada Nova II, em 500 kv com extensão aproximada de 322 km, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em 11 de agosto de 2017 e do Edital do Leilão ANEEL nº 05/2016.

O investimento total é de aproximadamente R\$456.540. A RAP do contrato de concessão foi atualizada para R\$77.465 (valor para o ciclo 2021-2022), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP é corrigida anualmente pelo IPCA e será válida por todo o prazo de operação comercial da Argo IV.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida contratualmente, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

Capital Circulante Líquido – A Companhia apresentou em 31 de março de 2022 na controladora o montante de CCL negativo de R\$ 214.988. Destaca-se que o principal fator deste cenário é a captação da Nota Promissória de Curto Prazo, captada em janeiro de 2022 para aquisição da Rialma Transmissora de Energia III S.A. Dentro deste contexto, seguindo o planejamento financeiro da Companhia, com a concretização da entrada em operação das subsidiárias Argo II Transmissão de Energia S.A. e Argo III Transmissão de Energia S.A. bem como, recebimento de dividendos da Argo Transmissora de Energia S.A. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória para seguir com o curso operacional normal da Companhia e suas controladas.

1.1 Impactos da COVID-19

De acordo com o Ofício Circular CVM nº 02/2020, de 10 de março de 2020, a Companhia vem acompanhando atentamente os impactos do COVID-19 em seus negócios onde avalia constantemente os possíveis riscos de inadimplência, entretanto considera que as ações que o Governo vem estruturando de suporte ao Setor de Energia Elétrica se mostraram eficientes para conter estes riscos. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas seguem no acompanhamento dos prazos de obras em curso e mantém contínua comunicação com o regulador sobre eventuais atrasos que poderão ocorrer até a normalização das atividades comerciais do mercado como um todo. Durante esse período de pandemia as obras na controlada Argo II sofreram uma paralização devido ao decreto da prefeitura de Janaúba o qual não teve impacto relevante no cronograma de andamento da obra. A Companhia implementou ações para garantir o fluxo normal de seus negócios e atividades, como: ampliação do trabalho remoto para as áreas de administrativas, postergação dos pagamentos de impostos, restrições de viagens, disponibilização de canal para orientação médica via telefone. Até o momento a Companhia não identificou impacto relevante aos negócios que pudessem requerer alguma mensuração nestas demonstrações contábeis intermediárias.

2. BASE DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1. Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Companhia foram preparadas de acordo com as com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis a elaboração das Informações Trimestrais - ITRS e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

Estas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, contêm notas explicativas selecionadas com as informações societárias relevantes e materiais que permitem o entendimento das mudanças ocorridas na posição financeira e performance do Grupo desde as suas últimas demonstrações financeiras anuais individuais e consolidadas. Portanto, estas informações financeiras intermediárias devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Estas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 16 de maio de 2022.

Todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Companhia na sua gestão.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão expressas em milhares de reais (R\$), arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra maneira.

2.2. Base de mensuração

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação da Companhia.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Já as alterações nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que estas estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas são:

- (a) Ativo de concessão: a Companhia identificou a existência de componente de financiamento significativo nos contratos de concessão. A determinação da taxa de desconto do ativo de concessão envolve julgamento significativo considerando os riscos e prêmios específicos de cada contrato de concessão.
- (b) As margens de lucratividade referentes à prestação de serviços de: (i) construção e de melhoria; e (ii) operação e manutenção, da infraestrutura de transmissão são determinadas com base nas características e complexidade de cada contrato de concessão, incluindo a estimativa de recebimentos através da RAP do leilão em relação aos custos para a construção, de melhoria e de operação e manutenção da infraestrutura de transmissão.
- (c) Avaliação de instrumentos financeiros - são utilizadas técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 32 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia e suas controladas na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- (d) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos: são registrados ativos relacionados aos impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir dos resultados reais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual (vide nota explicativa nº 28).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis e os critérios contábeis adotados no preparo destas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2021, divulgados na nota explicativa nº3, em 31 de março de 2022 e, portanto, devem ser analisados em conjunto.

3.1 Combinação de Negócios

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1(d), em 31 de janeiro de 2022 a Companhia finalizou a aquisição da ARGO IV. Considerando que a concessão é firmada com o Poder Concedente, regulada pela ANEEL e que os contratos de concessão estabelecem um direito de receber caixa sem nenhum risco de demanda (RAP), a Companhia identificou e avaliou o valor justo dos ativos e passivos com base no pronunciamento técnico CPC 15 (R1) – Combinações de Negócios. O ativo de contrato da concessão da controlada foi avaliado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos serão reconhecidos. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e a característica do contrato de concessão.

Período de mensuração do "Purchase Price Allocation (PPA)" - A Companhia está apurando os valores da combinação de negócio de acordo com o tópico 45 do CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios e IFRS 3 (R) - "Business Combination", que determina a contabilização inicial da combinação de negócios ao término do período de reporte. Dessa forma, a Companhia efetuou uma alocação preliminar da diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição, e espera concluir a alocação final durante o exercício de 2022, no entanto, não se espera alterações significativas em relação à alocação preliminar.

Data de aquisição	31/01/2022
Participação	100%
Contraprestação Contingente	36.450
Contraprestação Transferida (a)	453.965
Contraprestação Transferida + Contraprestação Contingente	490.415
Valor contábil do PL	362.181
Diferença (b)	128.234

(a) O valor da contraprestação transferida líquido do caixa adquirido é de R\$ 453.808 que é referente a contraprestação transferida total no montante de R\$ 453.965 subtraído do caixa de R\$ 157 adquiridos da Argo IV Trasmissão de Energia S.A. em 31 de janeiro de 2022.

(b) Conforme ICPC 09 a alocação preliminar está sendo tratada como direito de concessão, sendo classificado como investimento na controladora líquido e IR e CS Diferidos e como intangível no consolidado bruto de IR e CS Diferidos.

Abaixo se encontram os ativos adquiridos e os passivos assumidos na aquisição da Argo IV em 31 de janeiro de 2022:

	<u>31/01/2022</u>
Ativo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	157
Contas a receber	7.838
Impostos a recuperar	225
Adiantamentos a fornecedores	1
Despesas antecipadas	292
Ativo contratual de concessão	83.610
	<u>92.123</u>
Não circulante	
Aplicações financeiras vinculadas	9.776
Despesas antecipadas	411
Ativo contratual de concessão	849.048
Imobilizado	26
	<u>859.261</u>
Total do ativo	<u>951.384</u>
	<u>31/01/2022</u>
Circulante	
Fornecedores e contas a pagar	40.902
Obrigações tributárias	696
Obrigações trabalhistas	127
Empréstimos e financiamentos	18.857
Taxas regulamentares a pagar	434
Outros passivos	730
	<u>61.746</u>
Não circulante	
Empréstimos e financiamentos	316.930
Tributos diferidos	143.201
Contas a pagar às partes relacionadas	67.326
	<u>527.457</u>
Patrimônio líquido	
Capital social	105.500
Reservas de lucros	254.206
Lucros acumulados	2.475
Total do patrimônio líquido	<u>362.181</u>
Total do passivo e do patrimônio líquido	<u>951.384</u>

As práticas e os critérios contábeis adotados pela Argo IV Transmissora de Energia S.A. estão alinhadas com as práticas contábeis adotadas pelo grupo.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Caixa e depósitos bancários	45	7	29.485	19.804
Títulos de renda fixa CDB (*)	144	47	3.079	653
Total	<u>189</u>	<u>54</u>	<u>32.564</u>	<u>20.457</u>

(*) Referem-se a aplicações financeiras em títulos privados representadas, substancialmente, por Certificados de Depósito Bancário - CDBs e operações compromissadas de compra e revenda de CDBs, as quais possuem liquidez imediata e rendimentos atrelados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. O rendimento médio da carteira em 31 de

um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor. março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 foi de 20% do CDI, e todas as aplicações são de alta liquidez.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Títulos e valores mobiliários (*)	37.543	133.119	430.680	632.546
Total	<u>37.543</u>	<u>133.119</u>	<u>430.680</u>	<u>632.546</u>

(*) Aplicações financeiras realizadas em CDB de instituições financeiras e no Fundo Santander Referenciado DI (referenciado na variação do CDI) com remuneração média de 111,6% do CDI no período findo em 31 de março de 2022 (94% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021). A carteira do Fundo é composta exclusivamente por títulos de renda fixa, distribuídos entre títulos públicos federais, operações compromissadas, cotas de fundos e outros títulos de instituições financeiras.

6. FUNDOS VINCULADOS – CAIXA RESTRITO

	Controladora		Consolidado	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Conta Reserva (i)	36.693	-	152.801	138.088
Total	<u>36.693</u>	<u>-</u>	<u>152.801</u>	<u>138.088</u>

(i) Controladora- inclui fundos em garantia relacionada a transação de compra do investimento Argo IV, e no consolidado: Para fins de garantia da operação da 1ª emissão de debêntures e pagamento do financiamento com o BNDES, a Companhia precisa manter recursos nas contas denominadas "conta reserva", o montante equivalente ao necessário para o pagamento de 3 (três) parcelas referentes ao financiamento BNDES e 1 (uma) parcela referente ao pagamento das debêntures. Em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 a totalidade dos recursos estão aplicados no fundo de investimentos em cotas de fundos de investimento títulos públicos renda fixa referenciado DI no Banco Bradesco. A Composição da carteira está dividida em títulos públicos federais, operações compromissadas e cotas de fundos de investimento.

7. CONTAS A RECEBER DE CONCESSÃO – CONSOLIDADO

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber de Concessão	71.252	54.677
Total	<u>71.252</u>	<u>54.677</u>

8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Despesas antecipadas	-	11	791	682
Total	-	11	791	682

9. ATIVO DE CONCESSÃO – CONSOLIDADO

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos Acumulados		
Receita de construção	4.887.358	4.224.542
Remuneração do ativo de concessão	2.673.928	2.097.532
Receita de operação e manutenção	228.893	199.797
Transferência para Contas a Receber de Concessão	(1.447.385)	(1.215.854)
Ganho de eficiência ⁽ⁱ⁾	854.232	742.483
Total	<u>7.197.026</u>	<u>6.048.500</u>
Circulante	849.731	738.834
Não circulante	6.347.295	5.309.666

i. Reconhecimento pela entrada antecipada da operação da controlada Argo II e III. O valor foi mensurado considerando a antecipação da RAP adicional trazida a valor presente quando da conclusão definitiva da construção e recebimento da TDL – Termo de Liberação Definitivo para operação integrada ao SIN sem pendências emitido pela NOS – Operador do Sistema Nacional.

A movimentação do saldo de contas a receber é a seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	6.048.500
Receita de construção	29.344
Remuneração do contas a receber	321.004
Receita de operação e manutenção	29.188
Ganhos de eficiência	111.749
Aquisição Argo IV	846.384
Recebimentos - RAP	(189.143)
Saldo em 31 de março de 2022	<u>7.197.026</u>

Margens de Obrigações de Performance

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Margem de Construção		
Receita	29.344	11.516
Custos	(19.057)	(7.575)
Margem (R\$)	<u>10.287</u>	<u>3.941</u>
Margem Percebida (%)	35,06%	34,22%

Margem de O&M		
Receita	29.188	25.383
Custos	<u>(8.679)</u>	<u>(8.219)</u>
Margem (R\$)	<u>20.509</u>	<u>17.064</u>
Margem Percebida (%)	70,27%	67,23%

10. OUTROS TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
IRPJ e CSLL	-	100	47.479	43.170
Outros impostos	-	-	<u>552</u>	<u>505</u>
Total	<u>-</u>	<u>100</u>	<u>48.031</u>	<u>43.675</u>

11. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

	Controladora	
	31/03/2022	31/12/2021
Investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial	2.600.807	2.190.702
Direito de concessão (*)	<u>150.753</u>	<u>22.711</u>
Total	<u>2.751.560</u>	<u>2.213.413</u>

(*) Refere-se ao valor justo do direito de concessão na aquisição dos ativos da controlada.

Controladas

As controladas são concessionárias de transmissão de energia elétrica. A movimentação para o período findo em 31 de março de 2022, dos saldos de investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial, incluindo o percentual de participação da Companhia em cada uma das controladas, está demonstrada a seguir:

a) Movimentação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial:

Controladas	Saldo em 31/12/2021	Amortização do direito de exploração Argo III	Aquisição Argo IV	Direito de concessão Aquisição Argo IV	Dividendos recebidos	Equivalência Patrimonial	Total
Argo II	181.157	-	-	-	-	281.593	
Argo III	167.704	(222)	-	-	-	189.841	
Argo IV (a)	-	-	<u>362.181</u>	<u>128.234</u>	-	<u>7.628</u>	<u>498.043</u>
	<u>2.213.413</u>	<u>(222)</u>	<u>362.181</u>	<u>128.234</u>	<u>(200.000)</u>	<u>247.954</u>	<u>2.751.560</u>

- a. Com a aquisição da Argo IV em 31 de janeiro de 2022, e os valores estabelecidos no momento da negociação estão sob avaliação de consultoria especializada, contratada pela Companhia, para realização de cálculo dos montantes a serem contabilizados. Preliminarmente foi pré-alocado o valor de R\$128.234 (valor líquido de impostos) como direito de concessão e R\$362.181 como investimento. E o valor da contraprestação em outros passivos.

b) Informações relevantes sobre as controladas

31/03/2022								
Controladas	Quantidade total de ações	Participação	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro das controladas
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.615.249	3.833.166	1.782.082	242.755	117.530
Argo II	38.045.000	100%	38.045	508.707	227.113	281.594	121.784	100.436
Argo III	116.250.000	100%	116.250	901.649	734.297	167.352	65.517	22.359
Argo IV	105.500.000	100%	172.281	881.340	501.940	379.400	17.111	7.628

31/12/2021								
Controladas	Quantidade total de ações	Participação	Capital social	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro das controladas
Argo I	499.811.000	100%	499.811	5.627.267	1.881.357	1.864.552	882.365	393.370
Argo II	38.045.000	100%	38.045	386.280	205.123	181.157	(21.897)	670
Argo III	116.250.000	100%	116.250	837.748	692.755	144.993	83.586	(28.233)

12. IMOBILIZADO – CONSOLIDADO

Imobilizado	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Máquinas e Equipamentos	19.644	(2.564)	17.080
Veículos	9.072	(1.317)	7.755
Móveis e utensílios	1.199	(160)	1.038
Total	29.915	(4.041)	25.873

A movimentação do imobilizado em 31 de março de 2022 e 2021 é como segue:

Imobilizado	Saldos em 31/12/2021	Adições	Transferência	Depreciação	Saldos em 31/03/2021	Taxa de Depreciação %
Máquinas e Equipamentos	16.895	238	-	(70)	17.063	6,71
Veículos	6.938	886	-	-	7.824	13,16
Móveis e utensílios	987	1	-	(1)	987	5,24
Aquisição Argo III	-	-	-	-	-	-
Total	24.820	1.125		(71)	25.873	

Imobilizado	Saldos em 31/12/2020	Adições	Depreciação	Saldos em 31/12/2021	Taxa de Depreciação %
Máquinas e Equipamentos	16.563	1.472	(1.140)	16.895	6,71
Veículos	5.809	1.698	(569)	6.938	13,16
Móveis e utensílios	1.014	42	(69)	987	5,24
Total	23.386	3.212	(1.778)	24.820	

13. INTANGÍVEL – CONSOLIDADO

	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>
Softwares	1.708	(501)	1.207
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo III	<u>25.226</u>	<u>(2.737)</u>	<u>22.489</u>
Direito de exploração da Concessão – aquisição Argo IV	<u>194.294</u>	<u>-</u>	<u>194.294</u>
Total	<u>221.228</u>	<u>(3.238)</u>	<u>217.990</u>

A movimentação do intangível em 31 de março de 2021 e 2022 é como segue:

<u>Intangível</u>	<u>Saldos em 31/12/2021</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortizaç ão</u>	<u>Saldos em 31/03/2022</u>	<u>Taxa De amortização</u>
Softwares	1.111	102	(6)	1.207	20%
Direito de exploração da Concessão – Aquisição Argo III (i)	<u>22.712</u>	<u>-</u>	<u>(222)</u>	<u>22.489</u>	<u>10%</u>
Direito de exploração da Concessão – Aquisição Argo IV (i)	<u>-</u>	<u>194.294</u>	<u>-</u>	<u>194.294</u>	
Total	<u>23.823</u>	<u>194.396</u>	<u>(228)</u>	<u>217.990</u>	

<u>Intangível</u>	<u>Saldos em 31/12/2020</u>	<u>Adições</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em 31/12/2021</u>	<u>Taxa de Amortização %</u>
Softwares	751	858	(498)	1.111	20,00
Direito de exploração da Concessão – Aquisição Argo III (i)	<u>23.599</u>	<u>-</u>	<u>(887)</u>	<u>22.712</u>	
Total	<u>24.350</u>	<u>858</u>	<u>(1.385)</u>	<u>23.823</u>	

(i) Na controladora, este valor está classificado como investimento (nota 11).

14. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais e serviços – ativo em construção	-	-	294	294
Outros	<u>409</u>	<u>404</u>	<u>62.388</u>	<u>24.346</u>
Total	<u>409</u>	<u>404</u>	<u>62.682</u>	<u>24.640</u>

15. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS –

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
PIS e COFINS	-	-	16.237	10.704
ICMS - diferencial de alíquota	-	-	81	1.764
ISS de terceiros	-	-	130	108
Outros tributos	26	120	78	277
Total	<u>26</u>	<u>120</u>	<u>16.526</u>	<u>12.853</u>

16. ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS – CONSOLIDADO

	31/03/2022	31/12/2021
Salários	-	305
Provisão de bônus	2.404	7.142
Décimo terceiro salário	384	-
Provisão de férias	2.259	2.452
Encargos trabalhistas	<u>2.651</u>	<u>2.869</u>
Total	<u>7.698</u>	<u>12.768</u>

17. OBRIGAÇÕES REGULATÓRIAS – CONSOLIDADO

	31/03/2022	31/12/2021
Provisão para P&D	5.144	4.229
Encargos regulatórios a recolher (*)	<u>1.797</u>	<u>2.333</u>
Total	<u>6.941</u>	<u>6.562</u>

(*) Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei. Sendo eles: taxa de fiscalização, conta de desenvolvimento energético e Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica e FINEP – Financiadora de estudos e projetos.

18. AÇÕES PREFERENCIAIS RESGATÁVEIS

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2022	31/12/2021
Ações preferenciais resgatáveis	200.000	200.000
Juros	<u>8.572</u>	<u>3.743</u>
Total	<u>208.752</u>	<u>203.743</u>

Classificado como:

Circulante	8.572	3.743
Não circulante	200.000	200.000

Em 20 de fevereiro de 2019, os acionistas da Companhia aprovaram, por meio de Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a emissão de ações preferenciais resgatáveis, todas nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, com prioridade no recebimento de dividendos fixos, no montante total de R\$200.000 remunerados à taxa CDI, totalizando juros de R\$8.572 em 31 de março de 2022.

O prazo de resgate é 30 de abril de 2023, e a quantidade de ações preferenciais resgatáveis emitidas totalizam 38.155.607. Os valores de emissão e de resgate por ação, estão demonstrados a seguir:

	<u>Valor de emissão por ação</u>	<u>Valor capitalizado por ação</u>	<u>Valor de reserva de capital por ação</u>
Argo Energia Empreendimentos e Participações S.A. ("Argo Energia")	5,24169	1,76143	3,48026

Para efeitos societários, o valor total da emissão foi alocado parte como capital social integralizado, no montante de R\$67.208, e parte como reserva especial de ágio no montante de R\$132.792. Para efeitos de registro contábil, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais (IFRS), essa transação foi considerada como um instrumento financeiro (passivo). Portanto, o valor total da emissão foi registrado como passivo não circulante.

Não existem direitos diferenciados entre as ações preferenciais e ordinárias além da prioridade no recebimento de dividendos fixos.

19. PROVISÕES – CONSOLIDADO

Em atendimento ao contrato de concessão de transmissão, as controladas Argo I, II, III e IV estimaram os custos a incorrer para a conclusão dos projetos de compensação ambiental, regularização das áreas de servidão, gastos referentes ao encerramento das obras e fornecimento de materiais e demais obrigações.

	31/03/2022	31/12/2021
Compromissos socioambientais	1.845	2.397
Compensação ambiental	10.397	13.770
Regularização fundiária	6.460	6.509
Encerramentos de obra	24.706	-
Outras provisões	248	5.240
Total	<u>43.656</u>	<u>27.916</u>
Classificado como:	31/03/2022	31/12/2021
Circulante	33.656	7.916
Não circulante	10.000	20.000

20. FINANCIAMENTOS

Controladora										
Instituição financeira	Saldo final 31/12/21	Aquisição Argo IV	Captações/Pagamentos	Juros incorridos e despesas amortizadas	Custo de captação	Saldo final 31/03/22				
Banco Itaú(e)	-		200.000	3.954	-	203.594				
Total	-		200.000	3.954	-	203.594				
Consolidado										
Instituição financeira	Saldo final 31/12/20	Captações/Pagamentos	Custo de captação	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo final 31/12/21	Aquisição Argo IV	Captações/Pagamentos	Juros incorridos e despesas amortizadas	Custo de captação	Saldo final 31/03/22
BNDES (a)	1.850.897	(19.260)		140.332	1.971.969		(59.349)	41.248		1.953.868
BNDES (b)	456.610	20.000		81.565	589.221		-	21.067		610.288
BNDES (c)	186.688	-		24.363	180.004		-	6.081		186.085
BNB (d)	-				-	335.351	(8.115)	6.450		333.686
Banco Itaú(e)	-	-	-	-	-		200.000	3.954	-	203.594
(-) Custos a amortizar	(164.831)		(5.825)	7.650	(163.006)		-	-	(1.742)	(164.748)
Total	2.329.364	740	(5.825)	253.910	2.578.188	335.351	(132.536)	78.800	(1.742)	3.122.773
Classificados como:										
Circulante	5.851				245.711					484.361
Não Circulante	2.323.513				2.332.477					2.638.412

- a) Em 9 de abril de 2018, a controlada Argo I firmou contrato de financiamento com o BNDES, no montante total de R\$1.543.357, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo do projeto. Sobre o financiamento incidirão juros de 2,70% ao ano, a título de remuneração, acima da taxa de juros de longo prazo (TJLP). Esse financiamento será pago em 168 (cento e sessenta e oito) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de dezembro de 2021, e sua com liquidação prevista em 15 de novembro de 2035.
- b) Em 3 de junho de 2019, a controlada Argo III firmou contrato de financiamento junto ao BNDES no montante total de R\$465.000, destinado as obras civis, aquisição de máquinas e equipamentos e aos demais gastos necessários para a implantação das instalações de transmissão que fazem parte do escopo de seus projetos. Em 31 de dezembro de 2020 o total captado foi de R\$95.670. O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 5,30% de juros. Esse financiamento será pago em 240 (duzentos e quarenta) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de março de 2023, com liquidação prevista para 15 de fevereiro de 2043.

- c) Em 17 de julho de 2019, a controlada Argo II celebrou, com a interveniência da Companhia, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 19.2.0290.1 junto ao BNDES, mediante a abertura de crédito no valor de R\$152.180, destinado à implantação das instalações de transmissão objeto do Lote 18 do Leilão ANEEL nº 13/2015 – Segunda Etapa, de 28 de outubro de 2016, conforme previsto no Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 16/2017-ANEEL, de 10 de fevereiro de 2017, e posteriores aditivos. Em 31 de dezembro de 2020 o total captado foi de R\$79. O financiamento será remunerado de IPCA adicionado de 4,49% de juros. Esse financiamento será pago em 247 (duzentos e quarenta e sete) prestações mensais e sucessivas e a amortização iniciará em 15 de setembro de 2022, com liquidação prevista para 15 de março de 2043.
- d) Em 28 de junho de 2019, a Rialma Transmissora de Energia III S.A. ("Rialma III") firmou o contrato de financiamento nº 183.2019.754.9368 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB) no montante R\$ 340.017 remuneração pela taxa de juros 2,281% a.a + IPCA corrigido pela inflação. O financiamento será pago em 216 (duzentas e dezesseis) com os seus vencimentos todo dia 15 com liquidação prevista para 15 de setembro de 2039.
- e) Em 21 de janeiro de 2022, a controladora Argo Holding firmou contrato de Notas Promissórias 1º emissão com o Banco Itaú S.A , no montante total de R\$ 200.mil destinados a recursos captados para pagamento do preço de aquisição das ações de emissão da Rialma Transmissora de Energia III S.A. ("Rialma III").As mesmas será remunerado de 100% do CDI + taxa de juros spread de 1,30% ao ano. A liquidação ocorrerá em parcela única em 27 de março de 2023 do principal e juros incorridos.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de março de 2022, os vencimentos a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2022</u>
2024	107.873
2025	140.703
2026	149.351
2027	2.405.233
(-) Custo de captação	(164.748)
Total	<u>2.638.412</u>

Garantias

Argo I

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo I;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de fevereiro de 2023

preenchida com recursos no valor equivalente a três vezes o valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato. (nota 10)

Argo II

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo II;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão.

Argo III

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Argo III;
- Cessão fiduciária de recebíveis e direitos emergentes do contrato de concessão;

Argo III

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- A Fiança Bancária corresponde ao montante do financiamento e, é afiançado em dois Bancos BTG Pactual e Itáu Unibanco 50% para cada..
- Conta Reserva é constituído por 2,80% sobre o valor captado da dívida no próprio Banco BNB não movimento pelo emitente creditado constituída até 15 de agosto de 2039

Cláusulas restritivas

A Companhia, por meio de suas controladas, possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas a índices financeiros, tais como: cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui as seguintes cláusulas:

Argo I

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

Argo II

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de setembro de 2022.

Argo III

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida – ICSD

O ICSD é calculado a partir da divisão da geração de caixa da atividade pelo serviço da dívida, com base em informações registradas nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,3 (um inteiro e três décimos).

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas financeiras são exigíveis a partir da amortização do principal que se dará em 15 de março de 2023.

21. DEBÊNTURES - CONSOLIDADO

	Saldo final 31/12/2020	Pagamentos	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo final 31/12/2021	Juros incorridos e despesas amortizadas	Saldo final 31/03/2022
1ª emissão de debêntures	581.310	(52.741)	81.885	610.454	26.698	637.152
(-) Custos a amortizar	(3.706)	-	247	(3.459)	62	(3.397)
Total	577.604	52.741	82.132	606.995	26.760	633.755
Classificado como:						
Circulante	46.505		-	90.701		92.560
Não circulante	531.099		-	516.293		541.195

Única emissão de debêntures

Em 24 de agosto de 2018, a controlada Argo I realizou a Primeira Emissão de Debêntures, de distribuição pública com esforços restritos ("ICVM 476") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie de garantia real, com garantia adicional fidejussória, sem cláusula de repactuação, em série única no montante total de R\$454.500, com vencimento em dezembro de 2031 e taxa de remuneração de IPCA + 7,0176% a.a., destinadas à composição da estrutura de capital da Companhia para a implantação das instalações de transmissão objeto do Lote A – Leilão nº 13/2015-ANEEL.

Vencimento das parcelas de longo prazo

Em 31 de março de 2022, os vencimentos das parcelas a longo prazo têm a seguinte composição:

	<u>31/03/2022</u>
2024	102.000
2025	124.898
2026	129.532
2027 em diante	188.162
(-) Custo transação	(3.397)
Total	541.195

Garantias

Fianças bancárias e garantias usuais de projeto, tais como:

- Penhor da totalidade das Ações de Emissão da Argo Transmissão de Energia S.A.;
- Cessão Fiduciária de Recebíveis e Direitos Emergentes do Contrato de Concessão; e
- Conta reserva do serviço da dívida a ser constituída até 15 de novembro de 2021,

preenchida com recursos no valor equivalente a uma parcela do valor da prestação mensal de amortização, incluindo pagamento de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato. (nota 10)

Cláusulas restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas contratuais atreladas ao financiamento do projeto, as quais podem, em caso de não conformidade, levar ao vencimento antecipado da dívida. Essas cláusulas estão relacionadas com índices financeiros como cobertura do serviço da dívida, endividamento, liquidez e de obrigações operacionais.

A Companhia possui a seguinte cláusula:

- Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD)

O ICSD é calculado a partir da divisão da Geração de Caixa da Atividade pelo Serviço da Dívida, com base em informações registradas nas Demonstrações Contábeis Regulatórias auditadas, com base em períodos de verificação a cada 12 meses. A Companhia deve atingir o ICSD de no mínimo 1,2 (um inteiro e dois décimos).

A Companhia também possui cláusulas restritivas não-financeiras relacionadas ao *compliance* com as leis trabalhistas, ambientais e regulatórias, que são acompanhadas pela administração.

22. PIS E COFINS DIFERIDOS – CONSOLIDADO

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% (3,65% para a ARGO II) das receitas de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo da concessão. Conforme previsto na Lei nº 12.973/14 e pela interpretação técnica ICPC 01 (IFRIC 12). A amortização desta obrigação diferida ocorrerá à medida em que a Companhia receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é demonstrada a seguir:

Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>501.018</u>
Constituição	101.383

Amortização diferido	(63.528)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>538.873</u>
Constituição	38.093
Aquisição Argo IV (nota 11)	87.882
Amortização diferido	(15.496)
Saldos em 31 de março de 2022	<u>649.353</u>
Classificado como:	
Circulante	58.613
Não circulante	590.740

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de março de 2022, o capital subscrito é de R\$595.691, totalmente integralizado, sendo representado por 360.549.746 ações ordinárias e 38.155.607 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Conforme Fato Relevante de 25 de março de 2020, o Grupo Energia Bogotá S.A.E.S.P. e Red Electrica Brasil Holding LTDA passaram a ser os novos acionistas da Argo, detendo a totalidade das ações ordinárias da Companhia.

Dessa forma, a composição do capital social subscrito da Companhia em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é como se segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Ações ordinárias</u>	<u>%</u>
Grupo Energia Bogotá S.A.E.S.P.	180.274.873	50,0
Red Electrica Brasil Holding LTDA.	180.274.873	50,0
Total	<u>360.549.746</u>	<u>100,0</u>

Retenção de lucros - legal

De acordo com o previsto no artigo 193 da Lei nº 6.404/76, 5% do lucro líquido do exercício deverá ser utilizado para constituição de reserva legal, que não pode exceder 20% do capital social.

Dividendos

Conforme o Estatuto Social, os acionistas têm direito a dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido da Companhia, ajustado nos termos do inciso I do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia destinou R\$ 6.091 para dividendos mínimos obrigatórios, classificados no passivo circulante.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	352.432

Reserva legal - (5%)	<u>(17.622)</u>
Lucro líquido ajustado	334.811
Dividendos mínimos obrigatórios - 1%	(3.348)
Reservas de lucros	(331.463)
Dividendos adicionais propostos	-
Total	<u><u>-</u></u>
Dividendo por ação ordinária	0,9775
Dividendo por ação preferencial	0,9775

24. PROVISÃO PARA RISCOS

Em 31 de março de 2022, a Companhia e suas controladas não são parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível, regulatória, ambiental e trabalhista cujo prognóstico de perda seja provável. A Companhia é parte em processos judiciais com prognóstico de perda possível no montante de R\$ 3.084.

25. RECEITA LÍQUIDA – CONSOLIDADO

	<u>01/01/2022 a</u> <u>31/03/2022</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>31/03/2021</u>
Serviços transferidos ao longo do tempo		
Receita de construção	29.344	11.516
Receita de remuneração do ativo de contrato	321.004	226.845
Receita de operação e manutenção	29.188	25.385
Parcela Variável e outras deduções	1.150	-
Outras receitas	538	1.937
Ganho de eficiência Argo II e III	111.739	
Serviços transferidos em momento específico no tempo		
Receita bruta	<u>492.963</u>	<u>265.683</u>
(-) PIS e COFINS sobre ativo da concessão	(22.598)	(9.468)
(-) PIS e COFINS sobre faturamento	(21.535)	(18.841)
(-) Encargos regulatórios	(1.664)	(2.192)
Receita líquida	<u><u>447.166</u></u>	<u><u>235.182</u></u>

26. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora	
	<u>01/01/2022 a</u> <u>31/03/2022</u>	<u>01/01/2021 a</u> <u>31/03/2021</u>
Serviços de terceiros	(828)	(399)
Tributos	-	-
Amortização do direito de concessão	(222)	(222)
Outros	(41)	(15)
Despesas gerais e administrativas	<u><u>(1.091)</u></u>	<u><u>(636)</u></u>

	Consolidado	
	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021
Serviços de terceiros	(4.375)	(3.653)
Custo de construção	(19.057)	(7.575)
Pessoal	(11.880)	(10.583)
Aluguéis	(284)	(244)
Tributos	(53)	(66)
Materiais	(75)	(92)
Depreciação e Amortização	(77)	(537)
Amortização do direito de concessão	(222)	(222)
Outros	(472)	(406)
Total	(36.495)	(23.378)
Valores alocados a:		
Custos de operação e manutenção	(8.679)	(8.219)
Custo de construção	(19.057)	(7.575)
Despesas gerais e administrativas	(8.759)	(7.584)

27. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora	
	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	2.185	19
Total	2.185	19
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-
Juros	(9.137)	(991)
Total	(9.137)	(991)
Resultado financeiro líquido	(6.952)	(972)

	Consolidado	
	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021
Receitas financeiras:		
Receitas de aplicações financeiras	15.596	2.279
Outras receitas financeiras	-	-
Total	15.596	2.279
Despesas financeiras:		
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	(27)	(2)
Juros e variação monetária	(105.498)	(82.401)
Outras despesas financeiras	(9.044)	(2.689)
Total	(114.569)	(85.092)
Resultado financeiro líquido	(98.973)	(82.813)

28. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Reconciliação da alíquota efetiva

A reconciliação da despesa de Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL apresentada no resultado dos períodos de três meses findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021 era como segue:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2022 a 31/03/2022	01/01/2021 a 31/03/2021	01/01/2022 a 31/03/202	01/01/2021 a 31/03/2021
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	239.910	119.564	311.698	128.991
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL de acordo com as alíquotas vigentes	(81.569)	(40.652)	(105.977)	(43.857)
Ajustes permanentes:				
Equivalência patrimonial	84.304	41.199	-	-
Constituição de prejuízo fiscal	-	(547)	-	-
Outras adições e exclusões	-	-	34.189	(4.172)
IR/CS diferido não constituído	(2.345)	-	-	38.602
IRPJ e CSLL reconhecido no resultado do exercício	-	-	(71.788)	(9.427)
Alíquota efetiva	0%	0%	23%	7%

b) Movimentação de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Consolidado		
	Ativo (a)	Passivo (b)	Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	71.177	(737.610)	(666.433)
Contratos de Concessão (b)	982.275	(1.156.442)	(174.167)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.053.452	(1.894.052)	(840.600)
Contratos de Concessão (b)	-	(73.949)	(73.949)
Prejuízo fiscal/base negativa	3.910	-	3.911
Aquisição Argo IV (nota 3)	15.043	(116.999)	(111.548)
Saldos em 31 de março de 2022	1.072.405	2.085.000	1.022.186

29. RESULTADO POR AÇÃO – CONSOLIDADO

O resultado por ação básico e diluído é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33), a tabela a seguir reconcilia o resultado líquido aos montantes usados para calcular o resultado básico e diluído por ação:

	Consolidado	
	31/03/2022	31/03/2021
Resultado básico por ação		
Numerador:		
Lucro líquido do período	239.910	119.564
Denominador:		
Número de ações ordinárias em circulação	360.549.746	360.549.746
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	0,6654	0,3316

30. SEGUROS

Em 31 de março de 2022, a cobertura de seguros é como segue:

Modalidade	Importância Segurada
Seguros – Riscos de engenharia (*)	200.000
Seguros – Responsabilidade civil	600.000
Total	<u>800.000</u>

(*) Esse contrato de seguro garante cobertura contra riscos de engenharia, tais como: i) obras civis em construção e instalação, ii) manutenção ampla, iii) danos em consequência de erro de projeto e risco fabricante e iv) coberturas adicionais.

31. REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

Em 31 de março de 2022 e 2021, a remuneração do pessoal-chave da Administração, que contempla a Diretoria Executiva e os Conselheiros, totalizou R\$3.561 e R\$3.718, respectivamente, sendo salários e benefícios variáveis. A remuneração da Administração está registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A abertura dos saldos está apresentada a seguir

	<u>01/01/2022 a 31/03/2022</u>	<u>01/01/2021 a 31/03/2021</u>
Benefícios de curto prazo a empregados:		
Salários e honorários	732	3.185
Bônus	2.558	-
Encargos sociais	<u>270</u>	<u>533</u>
Total	<u>3.561</u>	<u>3.718</u>

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros registrados no balanço patrimonial são como segue:

Hierarquia do valor justo	31/03/2022				
	Controladora		Consolidado		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	2	37.543	37.543	430.680	430.680
Total		<u>37.543</u>	<u>37.543</u>	<u>430.680</u>	<u>430.680</u>
Custo amortizado					
Caixa Equivalentes de caixa	1	21.439	21.439	53.814	53.814
Clientes	2	-	-	71.252	71.252
Contas a receber (ativo da concessão)	2	-	-	7.197.026	7.197.026
Caixa vinculado – caixa restrito	2	15.443	15.443	131.551	131.551
Total		<u>36.882</u>	<u>36.882</u>	<u>7.453.643</u>	<u>7.453.643</u>
Outros Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedor		409	409	62.682	62.682
Ações preferenciais resgatáveis	2	200.000	200.000	200.000	200.000
Financiamentos	2	212.346	212.346	3.131.525	3.131.525
Debêntures	2	-	-	633.755	633.755
<u>Outros passivos</u>	<u>3</u>	<u>36.450</u>	<u>36.450</u>	<u>40.249</u>	<u>40.249</u>
Total		449.205	449.205	4.068.212	4.068.212

Hierarquia do valor justo	31/12/2021				
	Controladora		Consolidado		
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	
Ativos financeiros					
Valor justo por meio do resultado:					
Títulos e valores mobiliários	2	113.119	113.119	632.546	632.546
Total		113.119	113.119	632.546	632.546
Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	1	54	54	20.457	20.457
Clientes	2	-	-	54.677	54.677
Contas a receber (ativo da concessão)	2	-	-	6.048.636	6.048.636
Caixa vinculado – caixa restrito	2	-	-	138.088	138.088
Total		70	70	5.825.427	5.825.427
Outros Passivos financeiros					
Custo amortizado:					
Fornecedor		268	268	72.404	72.404
Ações preferenciais resgatáveis	2	200.983	200.983	200.983	200.983
Financiamentos	2	-	-	2.329.364	2.329.364
Debêntures	2	-	-	577.604	577.604
Total		201.251	201.251	3.180.355	3.180.355

Hierarquia do valor justo

Os instrumentos financeiros contratados enquadram-se conforme anteriormente apresentado, e de acordo com a definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

- Nível 1 - avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos na data das demonstrações financeiras. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.
- Nível 2 - utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).
- Nível 3 - avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis).

Técnicas de avaliação e informações utilizada para determinação do valor justo

- Debêntures: A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado", aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário próximo ao período de relatório, cujos valores justos foram mensurados com base em cotações.
- Quanto aos demais ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, a Administração considera que os valores contábeis se aproximam dos seus valores justos, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/pagamento médio inferior a 60 dias; (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados à taxa CDI; e (iii) não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis.

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de crédito, risco de capital, risco de mercado e risco de liquidez.

- Risco de crédito

Salvo pelas contas a receber (ativo da concessão) e aplicações financeiras com bancos de primeira linha, as controladas da Companhia não possuem outros saldos a receber de terceiros contabilizados no período. Por esse fato, esse risco é considerado baixo.

A RAP de uma empresa de transmissão é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários do Sistema Integrado de Transmissão SIM de alguns valores específicos, a RAP de todas as transmissoras, os serviços prestados pelo ONS e os encargos regulatórios.

O Poder Concedente delegou às geradoras, às distribuidoras, aos consumidores livres, aos exportadores e aos importadores o pagamento mensal da RAP, que, por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, se constitui em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro; desse modo, o risco de crédito é baixo.

Em 31 de março de 2022, a exposição máxima do risco de crédito do contas a receber é de R\$71.252 (R\$ 54.677 em 31 de dezembro de 2021).

- Risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

- Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e por suas controladas tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

A Companhia e suas controladas não pactuaram contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esses riscos; porém, estes são monitorados pela Administração, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e das controladas e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limite de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo nem outros ativos de risco. O principal risco de mercado ao qual a Companhia e suas controladas está relacionado às taxas de juros.

A Companhia e suas controladas aplicam substancialmente seus recursos em títulos de renda fixa, sendo a maior parte destes alocada em CDBs e em títulos privados substancialmente lastreados em CDBs. Os saldos que apresentam risco de taxas de juros são: (i) caixas e equivalentes; e (ii) títulos e valores mobiliários.

- Análise de sensibilidade

- A Companhia e suas controladas realizam análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de juros.
- Para verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos aos quais a Companhia está exposta na data-base 31 de março de 2021, foram definidos três cenários diferentes:
- O cenário I (provável) considera o cenário esperado para os próximos 12 meses a partir de 31 de março de 2022, tendo como base as taxas de juros futuras observadas na data-base das demonstrações financeiras, disponíveis no website da BM&F Bovespa (CDI), Boletim Focus (IPCA) e a manutenção da TJLP. Para os riscos de variação do CDI que é base para atualização de parte substancial das aplicações financeiras, de acordo com taxas referenciais de mercado projetadas para os próximos 12 meses é de 7,12% ao ano, para o IPCA, é de 4,10% e a TJLP para remuneração da dívida, cuja posição em 31 de março de 2022 é de 6,82% ao ano.
- Os cenários II e III consideram os rendimentos auferidos caso haja uma depreciação de 75% e 50%, respectivamente, na variável de risco considerada.

O resumo dos diferentes cenários é demonstrado abaixo:

Instrumentos financeiros	Risco	Nota	Total	Cenário		
				I	II	III
Caixa e equivalentes	Redução do CDI	4	53.814	3.832	2.874	1.916
Fundos restritos	Redução do CDI	6	152.801	10.879	8.160	5.440
Títulos e valores mobiliários	Redução do CDI	5	430.680	30.664	22.998	15.332
Total			657.295	45.375	34.032	22.688
Financiamentos (*)	Aumento da TJLP	17	1.811.523	123.546	154.432	185.319
Financiamentos (**)	Aumento do IPCA	17	1.107.657	45.414	56.767	68.121
Debêntures	Aumento do IPCA	18	633.755	25.984	32.480	38.976
Ações preferenciais resgatáveis	Aumento do CDI	15	208.752	14.863	18.576	22.295
Total			3.761.688	209.807	262.259	314.710

(*) Referente à controlada Argo I.

(**) Referente às controladas Argo II , Argo III e Argo IV

- Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia e de suas controladas, que gerencia o risco de liquidez de acordo com as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazos, mantendo linhas de crédito de captação de acordo com suas necessidades de caixa, combinando os perfis de vencimento de seus ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixa de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Em 31 de março de 2022 os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados:

	Nota Explicativa	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante	Total
<u>Controladora:</u>						
Fornecedores	15	-	-	-	-	-
Outros passivos		36.450	-	-	-	36.450
Ações preferenciais resgatáveis	19	208.752	-	-	-	208.752
Notas Promissórias		203.954	-	-	-	203.954
		449.156	-	-	-	449.156
Total						
<u>Consolidado:</u>						
Fornecedores	15	5.325	-	-	-	5.325
Financiamentos	21	484.362	124.282	132.930	2.381.199	3.122.773
Debêntures	22	102.000	124.898	129.532	188.162	544.592
Ações preferenciais resgatáveis	19	203.954	-	-	-	203.954
Total		795.641	249.180	262.462	2.569.261	3.040.002

33. PARTES RELACIONADAS

O saldo do ativo com partes relacionadas em 31 de março de 2022 no montante de R\$5.048, representa despesas incorridas a serem reembolsadas pelas empresas do grupo.

34. COMPROMISSOS FUTUROS

A controlada Argo II possui contrato de longo prazo para construção da subestação, o qual considera os custos com equipamentos, materiais e serviços durante a fase de construção. Os compromissos assumidos estabelecidos no contrato são reajustados anualmente com base no IPCA acumulado para o período de um ano e estão demonstrados no cronograma de pagamento a seguir:

	2021
Serviços	11.445
Materiais e equipamentos	33.148
Total	<u><u>44.593</u></u>

	2021	2022	Total
Serviços	<u>3.934</u>	<u>191</u>	<u>4.125</u>
Total	<u><u>3.934</u></u>	<u><u>191</u></u>	<u><u>4.125</u></u>

35. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA - CONSOLIDADO

Em 31 de março de 2022, a Companhia, por meio de suas controladas, realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, portanto, estas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Materiais e serviços - ativo em construção em contrapartida a fornecedores	294	-
Provisões para custo de construção	18.950	22.924
Total	<u>19.244</u>	<u>22.924</u>

* * *

Paulo Heli Alves Ferreira
Diretor de RI e Finanças

Thiago Borges Martins
Controller